

As bases sócio-históricas do socialismo autogestionário: a contribuição de István Mészáros¹

Henrique T. Novaes

Introdução: a retomada da autogestão, do cooperativismo e do associativismo no final do século 20

Para não ir mais longe, a necessidade da autogestão fez-se sentir pelos trabalhadores desde o primeiro dia em que foram colocados numa fábrica, à sua revelia. No século 19, o cooperativismo e o mutualismo ganham força como forma de resistência ao desemprego, principalmente durante a Revolução Industrial na Inglaterra. É preciso lembrar que uma das primeiras motivações de criação das mútuas era para que os trabalhadores não fossem enterrados como cachorros.

Já as Cooperativas de consumo permitiram aos trabalhadores consumir produtos de boa qualidade e a um preço acessível. Vejamos como se pronuncia George Holyoake:

O que despertará mais interesse no escritor ou no leitor não é o brilhantismo da atividade comercial, mas, sim, o novo e aprimorado espírito que anima esse intercâmbio comercial. O comprador e o vendedor se encontram como amigos; não há astúcia de um lado, nem suspeita do outro (...) Essas multidões de trabalhadores humildes, que anteriormente nunca sabiam quando estavam consumindo alimento de boa qualidade, que almoçavam diariamente comida adulterada, cujos sapatos estragavam antes da hora, cujos coletes eram ensebados e cujas esposas usavam tecido comum impossível de lavar, agora compram nos mercados [armazéns cooperativos de Rochdale] como milionários e, no que concerne à pureza dos alimentos, vivem como senhores (Holyoake, 1933, s/nº).

A autogestão em estágio embrionário ocorreu nas lutas dos anos de 1840, na Comuna de Paris (1871), quando os patrões abandonaram as fábricas e os trabalhadores se organizaram para colocá-las novamente em marcha. Nas palavras de um estudioso:

As oficinas da Comuna [de Paris] foram (...) modelos de democracia proletária. Os operários nomeavam seus gerentes, seus chefes de oficinas e seus chefes de equipe. Reservavam-se o direito de demiti-los se o rendimento ou as condições de trabalho não fossem satisfatórios. Fixavam seus salários e horários, as condições de trabalho; melhor ainda, um comitê de fábrica se reunia às tardes para decidir o trabalho do dia seguinte (Guillerm *apud* Guillerm e Bourdet, 1976).

Na Rússia, em 1905 e nos primeiros anos da Revolução de 1917, na Revolução Espanhola, na Revolução Húngara de 1919 e 1956, na Polonesa, na Portuguesa etc. algo parecido ocorreu, não apenas no controle das fábricas e coordenação da produção entre diversas fábricas, mas também a autogestão de escolas, estaleiros navais, hospitais, o controle da

¹ Artigo publicado no livro “O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores” (Editora Expressão Popular, 2011).

cidade pelos trabalhadores etc. Na Revolução Russa, os conselhos operários (*soviets*) cumpriram seu papel nos primeiros anos, mas foram estrangulados em função da burocratização crescente das decisões estratégicas da sociedade. Para Tragtenberg:

A estatização dos meios de produção, a preservação do salariedade como forma de remuneração do trabalho, o controle do processo produtivo pela tecnocracia, o partido político no cume do estado são práticas dominantes na URSS, China, países do Leste europeu e Cuba. Houve uma revolução? Sim. A propriedade privada dos meios de produção foi substituída pela propriedade estatal dos mesmos, só que gerida por uma burocracia que tem no partido, seja socialista (PS), seja comunista (PC) – seu principal instrumento de disciplinação do trabalhador (Tragtenberg, 1986, p. 8).

No contexto do fim dos anos de 1960, surgiram inúmeras revoltas anticapitalistas, destacando-se o maio de 1968. Na América Latina, poderíamos citar o *Cordobazo* argentino (1969), as Comissões de Fábrica no Brasil, as ocupações de fábricas e os cordões industriais durante o governo de Allende.

No campo, poderiam ser diversos os exemplos de coletivização das terras e de um novo projeto de vida comunista. Para citar alguns exemplos, durante a Revolução Espanhola (1936-1939), a terra foi coletivizada. O pouco conhecido movimento georgista (Estados Unidos) pode ser citado como outro exemplo de cooperativismo no campo. No Brasil, as ligas camponesas tinham o cooperativismo como uma de suas bases e, muito antes, a “Comuna de Palmares” teve durante alguns anos certas características autogestionárias².

Não nos parece mero acaso que o cooperativismo dentro de uma ótica de transição socialista vislumbrada por Marx tenha sido deixado de lado pela social-democracia. Ainda em vida, Marx teve que criticar os reformismos que já sinalizavam uma crise em potencial do marxismo. Isso pode ser visto principalmente nas suas críticas ao programa de Gotha e Erfurt e ao socialismo paternalista de Robert Owen.

No século 20, a crise marxista ganha novos ares, principalmente na Segunda Internacional. Rosa Luxemburgo sinaliza muito bem essa crise no seu livro *A crise da social-democracia*, Karl Korsch no seu livro *Marxismo e filosofia* e Lukács em *História e consciência de classe*, autores que foram defenestrados dos centros marxistas.

Sintomas fortes da crise teórica do marxismo se dão também com o avanço do estalinismo. A temperatura do “termômetro” das crises aumenta nos levantes na Hungria em 1956 (“socialismo com rosto humano”), na República Tcheca, na Polônia, no maio de 1968. O auge da crise se dá com a queda do muro de Berlim. Como não poderia deixar de ser, depois da queda do muro, houve uma avalanche de teorias que pretendem mesclar princípios “socialistas”, de suposta transformação social com pitadas de capitalismo. Ernest

² Em 2009, foi relançado o livro de Clóvis Lugon, que também joga luzes na experiência da República Guarani.

Mandel assim se expressou sobre este contexto de crise teórica nos marcos da reprodução do capital:

Hoje em dia, a totalidade do pensamento socialista (que é mais velho do que Marx, mas que dele recebeu expressão sistemática e científica), que representa *per se* uma crítica da produção de mercadorias e do mercado, bem como uma profunda desmistificação histórica do conjunto de suposições teóricas que se originam de Hobbes, Locke e Smith, corre o perigo de ser atirada ao mar. Pois ao lado de políticos e acadêmicos conservadores, também um número crescente de socialistas, e acima de tudo, muitos social-democratas de esquerda e eurocomunistas, estão agora redescobrimo e reincorporando a seus esquemas de pensamento social certos axiomas burgueses que não têm qualquer fundamento científico ou base empírica: são simplesmente artigos de fé cega ou de superstição (Mandel, 1991, p. 23).

Uma das poucas exceções nesse cenário é o pensador István Mészáros, que tece em sua obra uma crítica implacável ao “sociometabolismo do capital”. Para Mészáros, a proposta da autogestão nunca morreu. Para outros, está havendo uma revitalização, principalmente em função do “balanço” dos equívocos da experiência soviética e da social-democracia europeia.

Este capítulo se dedica à divulgação das bases sócio-históricas de um dos pensadores do marxismo autogestionário: István Mészáros. Em outras pesquisas pretendemos aprofundar a leitura de outros marxistas autogestionários: Anton Pannekoek, Karl Korsch, Rosa Luxemburgo, Paul Mattick, Cornelius Castoriadis, Alain Guillerme e Ivon Bourdet, José Mariátegui, Maurício Tragtenberg, João Bernardo, Paul Singer e Cláudio Nascimento. Na conferência nacional pelo “socialismo autogestionário”, realizada em Lisboa, a autogestão foi definida como:

(...) a construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas de poder, os centros de decisão, de gestão e controle e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (Nascimento, 2004, p. 2).

Temos percebido que, não por acaso, a visão mais radical da autogestão não ganhou espaço nos debates teórico-práticos sobre Economia Solidária. No Brasil, já há alguns trabalhos divulgados recentemente de autores que poderíamos considerar como adeptos da “Economia Solidária Socialista”, dentre os quais destacamos os de Antônio Cruz (2006), Cláudio Nascimento (s/d), Lia Tiriba (2001 e 2007), Maurício Sardá de Faria (2005), Carlos Schmidt (2008), os nossos trabalhos, entre alguns outros.

Bernardo (1975 e 1986), Bruno (1986), José Henrique de Faria (2004), Guimarães (2004), Vieitez e Dal Ri (2001), Dal Ri e Vieitez (2008), Pinassi (2005), Antunes (2008) também

poderiam ser classificados como pertencentes a uma vertente socialista da Economia Solidária, no entanto, ou eles têm uma trajetória de pesquisa anterior ao movimento da Economia Solidária ou têm muitas ressalvas com relação à utilização deste conceito e os teóricos do movimento, principalmente na vertente de Paul Singer. Eles resgatam o debate marxista do cooperativismo de resistência e a autonomia operária, criticam as vertentes revisionistas, tal como a de Bernstein. Mais recentemente, tecem muitas críticas ao cooperativismo vinculado ao empreendedorismo e as cooperativas e procuram travar um debate “paralelo” ao da Economia Solidária talvez em função da banalização do termo ou em função de um suposto ou real reformismo. De uma forma bastante distinta das tendências hegemônicas na Economia Solidária, estes pensadores sociais procuram analisar o sociometabolismo do capital, de uma forma parecida com o método de Mészáros, como uma relação totalizante que deve, portanto, ser superada historicamente na sua totalidade. Esta afirmação é decisiva para o nosso trabalho, pois não negamos que a Economia Solidária faça algumas críticas ao capital. No entanto, essas críticas não conseguem questionar o sociometabolismo do capital na sua totalidade, enquanto “relação social total”. Apesar deste Capítulo ter como pano de fundo o debate latino-americano travado de forma ainda bem tímida pela vertente socialista da Economia Solidária, preferimos buscar e apresentar as raízes do que consideramos ser uma imprescindível contribuição dos autores clássicos do marxismo, a obra de István Mészáros.

Em função do “esquecimento” das lições dos pensadores clássicos, acreditamos que capítulos como esse poderão ajudar a resolver os problemas da Economia Solidária, caso a vertente comprometida com a emancipação dos trabalhadores ganhe força. Quando uma geração não se espelha nos ensinamentos das gerações de pensadores anteriores, reproduz o trabalho de Sísifo: num eterno começar de novo, as chances de repetirmos a história são grandes. No que se refere à Economia Solidária, para que ele não seja herdeira da crise teórica do marxismo, a contribuição de Mészáros é decisiva.

Mas há uma outra inquietação nesse trabalho: por que muitos pesquisadores da Economia Solidária resgatam a obra de Robert Owen, Charles Fourier, entre outros, e não citam Marx? Quando citam, ignoram certos debates já travados? Por que o debate latino-americano sobre cooperativismo de trabalhadores foi esquecido? Trata-se de eurocentrismo? E, neste eurocentrismo, por que se privilegiam alguns autores cooperativistas e se ignoram outros?

Para a primeira questão, talvez a resposta seja porque a obra de Marx sempre foi interpretada – a nosso ver equivocadamente – como uma simples questão de propriedade

dos meios de produção ou como uma apologia à estatização dos meios de produção como forma de se chegar ao socialismo. O estalinismo interpretou a socialismo como propriedade estatal dos meios de produção e ignorou o debate sobre a transcendência da alienação do trabalho (Mészáros, 2002).

Já a vertente socialista da Economia Solidária parece recorrer ao debate engendrado pela autogestão em períodos revolucionários, tais como a revolta dos Canuts em 1842, a Comuna de Paris, a Revolução Russa no seu início, a Revolução Espanhola, dentre outras. Quando observam o surgimento de Cooperativas “isoladas”, fazem inúmeras ponderações sobre essas iniciativas na ausência de uma revolução sociopolítica.

Depois de alguns anos revisando a obra de István Mészáros, vimos que ele tece uma crítica implacável ao “sociometabolismo do capital” e que toda a sua argumentação está baseada na observação e superação do trabalho alienado. Este Capítulo foi estruturado da seguinte forma: fizemos uma breve introdução à obra de Mészáros. Em seguida, fizemos a crítica radical à propriedade privada dos meios de produção (o cooperativismo como possibilidade de reatar o “caracol à sua concha”). A necessidade de uma nova divisão de trabalho (a autogestão em oposição à heterogestão, o papel das assembleias democráticas nas Cooperativas e Associações de Trabalhadores, além de um novo tipo de participação do trabalhador na transformação da sociedade) foram abordados na quarta seção. Mészáros tece crítica à sociedade produtora de mercadorias e vislumbra a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas (valores de uso). Esses temas foram abordados na quinta seção. A vinculação do cooperativismo à luta de classes foi analisada na penúltima seção, seguida das considerações finais.

Por último, mas não menos importante, cabe ressaltar que inúmeros temas como a indissociabilidade entre o complexo industrial-militar e o sociometabolismo do capital, a questão de gênero, o indivíduo e sua classe, a questão nacional-internacional, “o poder da ideologia”, a educação para além do capital não serão abordados neste livro³. Devemos reconhecer também a dificuldade de interpretação da vasta obra de Mészáros. Para que o leitor tenha acesso às interpretações de alguns interpretes-discípulos, podemos citar, por exemplo, Antunes (2005 y s/d) y Pinassi (2008). Na América Latina, a “difusão” da obra de Mészáros parece ocorrer mais no Brasil que em otros países. Na Venezuela, seu trabalho recebeu numerosos prêmios e é constantemente citado pelo controverso comandante Chávez. Seus livros *Mas Allá del capital* (2002) y *El desafío y la carga del tiempo histórico: El*

³ Para saber mais sobre a temática educacional na obra de Mészáros, no sentido amplo da palavra, que transcende o debate educacional escolar-formal, ver Caio Antunes (2010), Novaes (2009c) e Wirth, Fraga e Novaes (2011).

socialismo del siglo XXI foram traduzidos para o espanhol em 2002 e 2009 respectivamente. O segundo livro recebeu o “Premio Libertador al Pensamiento crítico” no ano de 2008 em Caracas, depois de ter sido avaliado por um júri formado por pensadores sociais latino-americanos de esquerda.

Uma sociedade para além do capital: iniciando o debate

Tal como nos informam os editores do livro *Para além do capital*, Mészáros nasceu em 1930, na Hungria. Com 12 anos e meio já trabalhava como operário em uma fábrica de aviões de carga, tendo que mentir a idade em quatro anos para isso. Começou a trabalhar como assistente de Georg Lukács, em 1951, e seria indicado como seu sucessor na universidade de Budapeste, mas a invasão soviética de 1956 forçou-o a sair do país. Vive hoje na Inglaterra. Sua experiência como trabalhador e estudante na Hungria “socialista” foi determinante para a compreensão da educação como forma de superar os obstáculos da realidade.

Uma vez Lukács afirmou que o marxismo deveria ser refundado. Acreditamos que seu discípulo, István Mészáros, é um desses autores comprometidos com essa refundação.

Ainda que uma síntese de poucos parágrafos deixe de lado a riqueza e a complexidade da obra de um pensador social, poderíamos dizer que ele faz uma crítica muito completa e implacável: a) ao que se convencionou chamar modo de produção capitalista, mostrando como se reforçou a ditadura do capital no século 20; b) aos teóricos e apologetas do capital; c) à social-democracia; d) ao “socialismo real”, o que ele chama experiência “pós-capitalista”, conforme veremos mais à frente. Adicionalmente, ele tenta resgatar a unidade da teoria de Marx cindida pelo marxismo do século 20, principalmente ao desenvolver o tema da alienação do trabalho e a autogestão como “transcendência positiva” da alienação do trabalho. Mészáros é herdeiro – e ao mesmo tempo – um discípulo crítico do seu mestre, Georg Lukács e, acima de tudo, um historiador marxista e um dos teóricos que atualiza a obra de Marx, teorizando os desafios do Século 21 e concomitantemente lutando para a construção de uma “sociedade para além do capital”.

A reflexão de Mészáros (2002) sobre a transição socialista se dá no âmbito da proposta que formula de uma mudança global que tem por objetivo a transcendência do “sociometabolismo do capital”. Sua teoria segue em busca das exigências qualitativamente mais elevadas da nova forma histórica, o socialismo pós-capital (e não pós-capitalista), onde o ser humano possa desenvolver sua “rica individualidade”.

Mészáros (2002) usa a expressão pós-capital e não pós-capitalista porque, por exemplo, enquanto a experiência soviética, uma sociedade pós-capitalista, “extinguiu” a propriedade privada dos meios de produção e deu origem ao planejamento burocrático, já uma sociedade pós-capital extinguirá todas as determinações da produção de mercadorias.

Na apresentação do livro de Mészáros (2002), Ricardo Antunes observa que, para este intelectual, capital e capitalismo são fenômenos distintos e a identificação conceitual entre ambos fez com que todas as experiências revolucionárias vivenciadas no século 20, desde a Revolução Russa até as tentativas mais recentes de constituição societal socialista, se mostrassem incapacitadas para superar o sistema de metabolismo social do capital. O capitalismo seria uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas.

Antunes também observa que Mészáros define o sistema de metabolismo social do capital como poderoso e abrangente, tendo seu núcleo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado – três dimensões fundamentais do sistema materialmente construídas e inter-relacionadas –, sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema⁴. Não tendo limites para expansão, o sistema de metabolismo social do capital mostra-se incontrolável.

Como poderemos ver ao longo das próximas seções, a teoria de Mészáros gira em torno da alienação do trabalho e a necessidade de superação da mesma. Para ele,

a alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo. Quando Marx analisou a alienação nos seus manuscritos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e de uns em relação aos outros. E afirmou enfaticamente que isso não é uma “fatalidade da natureza”, mas uma forma de autoalienação (Mészáros, 2002).

Dito de outra forma, não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas, sim, o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo de transcender a autoalienação do trabalho (Mészáros, 2002). Vejamos agora a crítica à propriedade dos meios de produção.

⁴ Para a crítica do Estado, ver Mészáros (1996 e 2002), Miliband (1972) e Behring e Boschetti (2006). Retornaremos em alguma medida ao debate da necessidade de superação do Estado capitalista nos capítulos posteriores. No entanto, o leitor poderá observar que este tema não foi suficientemente tratado e será retomado em trabalhos posteriores.

O caracol e sua concha: a crítica à propriedade dos meios de produção

A vertente socialista da Economia Solidária parte de uma crítica, em alguns casos suave e diplomática, à propriedade dos meios de produção, à acumulação de capital e à heterogestão e veem no cooperativismo e associativismo a fórmula anfíbia, já que transitória e nunca perfeita, para se chegar à sociedade governada pelos produtores associados. Passemos a analisar cada um desses subtemas.

Uma questão frequentemente abordada pelos pesquisadores que se envolveram com o cooperativismo e associativismo de trabalhadores é a da propriedade privada. Para eles, o cooperativismo é uma forma intermediária, que questionaria ainda nos marcos do capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção. O cooperativismo e o associativismo significariam a restituição ao trabalhador dos seus meios de subsistência. Para o marxismo autogestionário, o cooperativismo questiona parcialmente a propriedade dos meios de produção, no entanto, há um problema sinalizado: na ausência de uma revolução que questione a propriedade dos meios de produção como um todo, a propriedade cooperativista não passa de uma célula marginal neste organismo dominado por grandes corporações.

Diferentemente de uma sociedade por ações, Marx dizia que o cooperativismo poderia “reatar” o trabalhador aos meios de produção, ou o caracol à sua concha. Quando se referiu à mudança proporcionada pela manufatura, ele assim se expressou: “Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital” (Marx *apud* Antunes, 2005).

Mészáros teorizou sobre essa questão histórica. Para ele, é preciso reconhecer que há limites claros à propriedade de trabalhadores num contexto onde não há generalização de expropriações e que a “expropriação dos expropriadores” deixa em pé a estrutura do capital. Apesar deste problema teórico-prático passar pela propriedade dos meios de produção, Mészáros adverte que:

De fato, nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das “nacionalizações”, “desnacionalizações” e “privatizações” no pós-guerra. Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, quanto mais se se limitarem à sua minoria falida. O que necessita radicalmente ser alterado é o modo pelo qual o “microcosmo” reificado da jornada de trabalho singular é utilizado e reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo (Mészáros, 2002, p. 629).

Em outras palavras, ele acredita que a questão fundamental é o “*controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos*” (Mészáros, 2002, p. 628 – grifo nosso).

A “expropriação dos expropriadores” é apenas um pré-requisito, não significando quase nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados. Isso pode ser visto, por exemplo, no caso da Revolução Russa, em que os meios de produção foram questionados mas as relações de produção capitalistas se reproduziram sob nova roupagem.

As Cooperativas e Associações de Trabalhadores são experiências práticas de auto-organização dos trabalhadores que podem ser potencializadas numa conjuntura de transformação social que tenha em vista a transcendência do trabalho alienado (Mészáros, 2002). No entanto, se as Cooperativas e Associações de Trabalhadores permanecerem isoladas de outras lutas, elas ou definharão ou sobreviverão a duras penas, mas dificilmente poderão avançar rumo ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados (Mészáros, 2002).

Para o caso brasileiro, as Cooperativas de Resistência, formadas no calor da luta dos trabalhadores, prefiguram ou nos mostram alguns dos elementos do que seria uma forma superior de produção, baseada no trabalho coletivo, com sentido social, onde há possibilidades de superação da autoalienação do trabalho.

O problema central é a alienação do trabalho no sentido clássico do termo. Ela existe como função do capital e o trabalhador é, acima de tudo, dominado pelas condições de trabalho sob as quais não tem poder. O ponto crucial é que, quaisquer que sejam as melhoras advindas das taxas de salários, condições de aposentadoria, as condições de trabalho enquanto tais, isto é, o controle do ritmo, a concepção e o *status* do trabalho estão fora do controle dos trabalhadores (Tragtenberg, 2005).

Evidentemente que imersas no modo de produção capitalista, as Cooperativas e Associações de Trabalhadores não conseguirão realizar a emancipação dos trabalhadores em sua plenitude. Elas esboçam mudanças em função das suas características autogestionárias.

Interpretando Mészáros, pode haver elementos de autogestão em assentamentos de reforma agrária, Cooperativas Populares, Fábricas Recuperadas, mas para que estes elementos ganhem força faz-se necessária uma revolução. Preocupado em mostrar as formas possíveis de transformação de um mesmo fenômeno – para o nosso caso, a existência das Fábricas Recuperadas e Cooperativas Populares – e, sem cair em análises

maniqueístas, ele é capaz de mostrar as “descontinuidades na continuidade” e as “continuidades na descontinuidade” ou os avanços e retrocessos que os têm caracterizado. Por meio dessa análise, pudemos mostrar como, embora materializando transformações significativas, as Fábricas Recuperadas e Cooperativas Populares não conseguem superar a substância da exploração e da opressão de classe que são inerentes às relações sociais de produção capitalistas (Novaes, 2007).

Vejamos a dialética estabelecida por Marx, quando ele se pronuncia sobre o cooperativismo no século 19:

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. (...) Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. (...) Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária (Marx, 1864).

A “conquista do poder político” apregoada por Marx não deve ser compreendida aqui de forma mecanicista. Para ele, assim como para Mészáros, o cooperativismo e o associativismo devem ser inseridos dentro um projeto mais amplo de transformação da sociedade, que passa necessariamente por uma revolução política.

Marx fez alguns elogios à experiência de Rochdale. Lembremos que ele cita o jornal *Spectator* onde este afirma que a experiência de Rochdale (Inglaterra) “mostrou que Associações de Trabalhadores podem gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso e melhorou imediatamente a condição das pessoas; mas não deixou nenhum lugar visível para os capitalistas. Que Horror!” (Marx, 1996, p. 381). Para Marx, a economia política burguesa colocava os capitalistas da época como sendo “imprescindíveis”, quase naturais e eternos, e o cooperativismo veio a mostrar na prática que a sociedade poderia ser organizada de uma outra forma, não deixando nenhum lugar visível para os capitalistas. A seguinte passagem do Manifesto da Associação Internacional de Trabalhadores (1864) é mais precisa:

Mas o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns “hands” [operários] audazes (...) Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa

com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848 (Marx e Engels, 1970)⁵.

No entanto, se o cooperativismo ficasse “mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria”. A atualidade dessa crítica é enorme, em função da vertente de Economia Solidária que ignora o papel da política para a construção de uma nova sociedade. Segundo dois importantes teóricos marxistas da autogestão: “Os leitores de presente obra [*Autogestão: uma visão radical*] se convencerão sem esforço de que, para nós, a autogestão deve ser compreendida em sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social” (Guilherm e Bourdet, 1976, p. 18).

Autogestão: por uma nova divisão social do trabalho e uma nova participação nas decisões estratégicas da sociedade

A outra base que sustenta a teoria de Mészáros é a necessidade de autogestão em oposição aquilo que se chama heterogestão. Para alguns, autogestão significa a reunificação entre o ato de conceber e executar o trabalho, o *homo faber* voltando a ser também *homo sapiens*. Para outros, o diferencial do cooperativismo de trabalhadores é o peso dado às assembleias democráticas (1 sócio = 1 voto).

Esta questão nos remete ao debate ao debate contemporâneo sobre o tipo de participação do trabalhador associado numa fábrica e na sociedade em geral. Devemos distinguir o “participacionismo” ensejado pelo capital e a “participação autêntica”. A experiência histórica demonstra que o *participacionismo* proposto pelo capital não tem diminuído o poder da direção das empresas. Tampouco tem alterado o comando ditado pelo capital financeiro nesta nova fase do capitalismo (Tragtenberg, 2005).

Algumas teses tentam desvelar o novo discurso do capital sobre a participação dos trabalhadores na fábrica e seu contraste com a pedagogia engajada na emancipação

⁵ Mészáros não desvincula o associativismo da luta de classes. Tanto Marx quanto Mészáros tecem alguns “elogios” a Owen, no entanto não desejam um “cooperativismo paternalista” vindo da classe dominante (Mészáros, 2005). No seu livro *Para além do capital*, ele retoma as críticas de Marx aos socialistas utópicos, mostrando os “equivocos” dos mesmos. Se trouxermos esse debate para os dias atuais, Mészáros diria que o cooperativismo e associativismo necessariamente devem estar vinculados à luta de classes que aponte para a transição socialista. Para ele, a construção da sociedade socialista deverá ser obra da própria classe trabalhadora.

humana. Para Hirata (1990), os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) não representam de forma alguma “uma produção controlada pelos trabalhadores, mas, sim, uma organização [informal] em pequenos grupos para discutir e resolver problemas diagnosticados no local de trabalho”. Para ela, os CCQs diferem das propostas autogestionárias “pela própria natureza e não só em grau” (Hirata, 1990, p. 136).

A busca da participação do trabalhador, o enriquecimento de tarefas, o CCQ, *Kanban*, *Kaizen*, são estratégias utilizadas pelo capital para atacar os sintomas e não as causas da alienação do trabalho. Já a autogestão não nasce desta *visão* de participação, mas, sim, das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos 19 e 20 para levar a cabo a democracia na produção e a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas.

Nesse sentido, autogestão significa a retomada do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana (Mészáros, 2002). Para Mészáros, o capital é expansivo, incontrolável e essencialmente destrutivo.

Se as estratégias gerencialistas procuram “reduzir” a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam o cooperativismo e o associativismo dão um novo significado a participação “dentro” da empresa, via construção de conselhos autônomos, e adicionam a necessidade de participação “fora” do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade (assembleias de bairro, parlamento etc.).

Lembremos que para Tragtenberg, a “participação autêntica” é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (Tragtenberg, 1987, p. 30).

Mészáros provavelmente assinaria em baixo dessa citação.

A participação em órgãos livremente eleitos, com rodízio de funções, teria uma função extremamente pedagógica para os trabalhadores (Bernardo, 1986).

Para terminar esta seção, poderíamos dizer que a necessidade de rodízio de cargos, e revogabilidade dos cargos são princípios vitais da autogestão e tendem a impedir a burocratização das Cooperativas e Associações de Trabalhadores. Desenvolveremos esses pontos no capítulo 3.

Em prol de uma radical reestruturação das forças produtivas

Ao contrário da maioria dos autores marxistas do século 20, Mészáros entende a tecnologia, a ciência etc. como sendo não neutras e, por isso, acredita que antes ou quando “herdarem” as forças produtivas, os trabalhadores deverão preocupar-se em reestruturá-las radicalmente. Para ele, o poder liberador das forças produtivas “permanece como um mero potencial diante das necessidades autoperpetuadoras do capital” (Mészáros, 2002). No campo mais específico da tecnologia, afirma que sua inserção é estruturada com o único propósito de “reprodução ampliada do capital a qualquer custo social”.

Veremos no capítulo 5 que sua interpretação sobre as forças produtivas também pode ser vista em sua obra *O poder da ideologia*, quando ele critica Habermas e dialoga com Raniero Panzieri. De acordo com Mészáros (2004, p. 519), Habermas “caricatura Marx” ao afirmar que ele “fala em forças produtivas neutras” (Habermas, 1986, p. 91). Pautando-se nas observações de Panzieri sobre a máquina e a racionalidade capitalista – além de outros autores –, Mészáros afirma que Marx sabia muito bem que “na utilização capitalista, não apenas as máquinas, mas também os ‘métodos’, as técnicas organizacionais etc. são incorporados ao capital e confrontam o trabalhador *como capital*: como uma ‘racionalidade’ externa” (Mészáros, 2004, p. 519). Assim, todo sistema é “abstrato e parcial, passível de ser utilizado apenas em um tipo hierárquico de organização” (Panzieri, 1980 *apud* Mészáros, 2004, p. 519). De acordo com Mészáros,

Marx jamais poderia considerar neutras as *forças* produtivas, em virtude dos seus elos orgânicos com as *relações* de produção; por isso, uma mudança radical nessas últimas, nas sociedades que querem extirpar o capital de sua posição dominante, exige uma reestruturação fundamental e um caminho qualitativamente novo de incorporação das forças produtivas nas relações socialistas de produção (Mészáros, 2004, p. 519).

No artigo “Mais-valia e planejamento”, Panzieri (1982) afirma que

Frente à interligação de tecnologia e poder realizada pelo capital, a perspectiva de um uso alternativo (pela classe operária) da maquinaria não pode, evidentemente, basear-se numa derrubada, pura e simples, das relações de produção (de propriedade), nas quais estas sejam consideradas como uma casca destinada a desaparecer, a um certo nível de expansão produtiva, simplesmente porque se tornou demasiado pequena. *As relações de produção estão dentro das forças produtivas*, e estas foram “moldadas” pelo capital. É isso que permite a perpetuação do desenvolvimento capitalista, mesmo depois de a expansão das forças produtivas ter atingido seu nível mais alto (Panzieri, 1982, p. 25 – grifos no original e parênteses no original).

Mészáros (2002, p. 575), ao chamar a atenção para o fato de que as “condições materiais de produção, assim como sua organização hierárquica, permanecem no dia seguinte da revolução exatamente as mesmas que antes”, ressalta a questão-chave que estamos enfocando: as formas tecnológicas capitalistas, por possuírem uma alta inércia, fruto de um

longo período de acumulação e fortes estímulos ao seu desenvolvimento, representam um significativo desafio para a mudança sociopolítica qualitativa. É por essa razão que, para ele, uma radical transformação dos meios e técnicas de produção é considerada como sendo “um problema paradigmático da transição”.

Segundo Mészáros, imediatamente após a “expropriação dos expropriadores”, não são apenas os meios materiais e tecnologias de produção herdadas que permanecem os mesmos junto com as suas ligações com o sistema de troca, distribuição e consumo dado, mas a própria organização do trabalho permanece profundamente encastada naquela divisão social hierárquica do trabalho “que vem a ser a mais pesada opressão herdada do passado” (Mészáros, 2002, pp. 596-597).

Mészáros, ao argumentar que as questões da divisão do trabalho, da alienação, do “avanço” das forças produtivas foram abordadas incorretamente, oferece um substrato poderoso para a crítica à maioria das interpretações sobre C&T do marxismo do século 20⁶. Talvez por concentrar a atenção na tomada do poder pela classe trabalhadora, na propriedade estatal dos meios de produção etc., e em outras tarefas imediatas relativas ao período de transição, a esquerda marxista reduziu a questão da tecnologia e da ciência a uma simples “apropriação” das forças produtivas engendradas no capitalismo pelo proletariado e a sua “melhor” utilização para a construção do socialismo.

Podemos afirmar, interpretando Mészáros, que a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente econômico, e não pode ser resumida ao tema da tomada do poder. Tudo nos leva a crer que as transformações qualitativas não se dão como resultado de uma simples mudança política, mas são processos que envolvem um longo prazo de “revolução social” por meio de um trabalho positivo de “regeneração” (Mészáros, 2002, p. 865). Mas, seguramente, Mészáros não é um fatalista, nem acredita que estamos “num beco sem saída”, muito menos acreditaria que teremos que retornar para a Idade Média e começar tudo de novo. Mészáros analisa o problema das forças produtivas, contextualizando-o dentro da história. Ele mostra os equívocos da esquerda que “esqueceu” este problema, mas também sinaliza as possibilidades históricas de “transcendência da autoalienação do trabalho” (Mészáros, 2002)⁷.

⁶ Para Mészáros (2002, p. 527), um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o de “avanço produtivo” do capital.

⁷ Para saber mais sobre a posição de Mészáros no debate sobre as forças produtivas/destrutivas, ver Mészáros (2002), Dagnino e Novaes (2007) e Novaes (2007).

O planejamento socialista da produção

Os que desprezam a própria ideia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados (Mészáros, 2004).

Lembremos que é nos escritos dedicados à Comuna de Paris (1871) que Marx afirma que:

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades Cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão o comunismo, o comunismo ‘realizável’? (Marx, 1996).

Como no lembra Mészáros, “o verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de ‘personificações do capital’” (Mészáros, 2002).

Esse pensador social critica ainda os equívocos da esquerda cooperativista, pois esta não atentou para a necessidade de promover “ataques duplos” ao sistema sociometabólico do capital.

É o “complexo global de reprodução sociometabólica” que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um “macrocosmo” qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de “microcosmos” qualitativamente diferentes (Mészáros, 2002).

Lembremos que, para Marx, “a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção”. Segundo Mészáros, a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante do que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (Mészáros, 2002). E ele prossegue: “A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado”” (Mészáros, 2002, p. 629).

Para os poloneses, no contexto das revoluções dos anos de 1980:

A proposta autogestionária significava o controle direto da produção e, portanto, o controle da economia pelos trabalhadores. Não significava apenas o controle das empresas. Não bastava que os trabalhadores elessem, ao nível (*sic*) da empresa, os seus dirigentes. Isto representaria o risco de criar o que os poloneses chamam de “propriedade de grupo”. Seria transformar os trabalhadores de uma determinada fábrica, de uma determinada organização, em seus proprietários, e dessa forma colocá-los defendendo seus interesses privados contra os interesses mais gerais da sociedade (Bresser Pereira, 1987, p. 108).

Segundo Mészáros, a alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas pré-condição material da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da complexa subjugação do trabalhador ao comando do capital como trabalhador avulso, preso ao controle das funções produtivas infinitesimais, e sem qualquer controle sobre a distribuição da produção social total (Mészáros, 2002, p. 629).

Nesse sentido, Mészáros acredita que a possibilidade de uma modificação – inclusive das menores partes do sistema do capital – implica a necessidade de “ataques duplos”, constantemente renovados, tanto às “células constitutivas ou “microcosmos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas produtivas particulares) com os “macrocosmos” autorregulantes e aos limites estruturais autorrenovantes do capital em sua inteireza (Mészáros, 2002, p.630).

Lembremos que os Conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar de forma racional os problemas existenciais vitais dos trabalhadores, das preocupações cotidianas com moradias e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe (Mészáros, 2002). Entretanto, este autor faz algumas advertências, uma vez que os Conselhos de Trabalhadores não deveriam ser considerados a panaceia para todos os problemas da Revolução, contudo sem alguma forma de autoadministração genuína, as dificuldades e contradições que as sociedades pós-revolucionárias têm que enfrentar se transformarão em crônicas, e podem inclusive trazer o perigo de uma reincidência nas práticas produtivas da velha ordem, mesmo que sob um tipo diferente de controle pessoal (Mészáros, 2002, p. 457).

É preciso salientar que não vislumbramos o resgate dos instrumentos de planejamento no Estado, ainda que em algum momento tenhamos que recorrer ao mesmo, mas, sim, a construção de organismos e instituições totalmente novos, criados pelos trabalhadores tendo em vista o “autogoverno pelos produtores associados” (Novaes, 2008).

Mészáros nos lembra ainda que, quando da sua constituição espontânea, em meio as importantes crises estruturais dos países envolvidos, os Conselhos de Trabalhadores

tentaram se atribuir em mais de uma ocasião na história, “precisamente o papel de autoadministrador possível, a par da responsabilidade autoimposta – que está implícita no papel assumindo e é praticamente inseparável dele – de executar a gigantesca tarefa de reedificar, em longo prazo, a estrutura produtiva social herdada” (Mészáros, 2002, p. 457).

Para teorizar sobre a dialética da parte e do todo, além de sinalizar a necessidade de “ataques duplos”, Mészáros se apoia na crítica de Rosa Luxemburgo (1999) a Bernstein. Para essa pensadora, o problema das Cooperativas não está na falta de disciplina dos trabalhadores, tal como advogava Bernstein. A contradição das Cooperativas é que elas têm que governar a si mesmas com o mais extremo absolutismo. Nelas, os trabalhadores são obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios – uma contradição que responde pelo fracasso das Cooperativas de Produção, que ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver.

Sendo assim, poderíamos interpretar a obra de Mészáros (2002), quando este sinaliza a necessidade de “ataques duplos”. Por um lado, a necessidade do controle coordenado da produção por meio da democracia substantiva dos produtores. Para o caso das Fábricas Recuperadas, o controle global da indústria pelos produtores associados, e não apenas de fábricas isoladas, e a necessidade de mudanças qualitativas nos microcosmos, ou seja, dentro dos muros das Fábricas Recuperadas.

Mészáros advoga que os Conselhos de Trabalhadores devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada, porque o sistema do capital é um modo de controle global-universalista que não pode ser historicamente superado exceto, por uma alternativa sociometabólica igualmente abrangente (Mészáros, 2002, p. 599).

E conclui, observando que, enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não mais deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo-o materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade (Mészáros, 2002, p. 601). Mészáros confere aos Conselhos de Trabalhadores e outras formas de mediação o papel na busca de um “planejamento autêntico”. Nesse sentido, para ele todas as funções de controle do sociometabolismo devem ser progressivamente apropriadas e positivamente exercidas

pelos produtores associados, pois – na falta disso – o comando das determinações produtivas e distributivas da reprodução social continuará sob a égide do capital.

As propostas que tentam conciliar princípios socialistas com mecanismos de “mercado” não são tão novas e isso já poderia ser visto na obra de Proudhon. Segundo Mandel (2001), para Proudhon “tratava-se de emancipar o operário-artesão da dominação do dinheiro (do capital), sem abolir a produção mercantil e a concorrência: ilusão tipicamente artesanal pequeno-burguesa. Se algumas vezes Proudhon é apresentado, não sem razão como o pai da ideia de autogestão operária, o impasse do “socialismo de mercado” manifesto na Iugoslávia desde 1970 já está potencialmente esboçado em suas idéias” (Mandel, 2001, p. 70).

Lebowitz (2005) também tece algumas críticas ao *socialismo de mercado* e os impasses criados na Iugoslávia:

A Iugoslávia denominou o sistema de gestão de seus trabalhadores de “autogestão” e demonstrou que os capitalistas não são necessários – que as empresas podem ser administradas pelos operários através de seus conselhos operários (...). Contudo, havia um problema no sistema de autogestão iugoslavo, relacionado ao termo “auto”. De fato, os próprios trabalhadores em cada empresa determinavam a direção das mesmas. Entretanto, eles se preocupavam prioritariamente com eles próprios. O foco de cada trabalhador em cada empresa era o interesse pessoal (...). Faltava um senso de solidariedade com a sociedade. Ao invés disso, predominavam a auto-orientação e o egoísmo. Em alguns aspectos, se parecia com o pior mito capitalista, o conceito da “Mão Invisível”: a ideia de que, se cada classe seguir seu próprio interesse, a sociedade como um todo se beneficia. Na verdade, a mão invisível na Iugoslávia provocou o aumento da desigualdade e o declínio da solidariedade – levando, em último estágio, ao desmembramento do país (Lebowitz, 2005, s/nº).

De uma forma muito próxima às ideias de Proudhon, e talvez pela crise encadeada pelos insucessos do planejamento no período do “socialismo real”, os pesquisadores da Economia Solidária no Brasil seguem propondo uma contradição: a conciliação de “autogestão” das fábricas e competição no “mercado”, cooperação e competição, “eficiência” da cooperativa e “anarquia” da produção⁸.

Desmercantilização da sociedade: produção de valores de uso *versus* acumulação de capital

O que penso que deveríamos ter em mente é que a questão básica não é a propriedade nem o controle dos recursos econômicos. A discussão básica é a desmercantilização dos processos econômicos mundiais. Cumpre salientar que desmercantilização não significa desmonetização, mas eliminação do lucro como categoria. O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nesta direção, com todas as consequências negativas que conhecemos. O

⁸ Para saber mais sobre a visão de Mészáros sobre a coordenação global da produção pelos produtores associados e a necessidade do planejamento autêntico, ver Mészáros (2002 e 2004) e Novaes (2008).

socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. Daqui a 500 anos, se trilharmos esse caminho, possivelmente ainda não o teremos percorrido totalmente, mas poderemos ter avançado nesta direção (Wallerstein, 2002, p. 36).

Para os herdeiros do legado marxiano, a superação da forma mercadoria sempre foi um tema seminal. Como não retornaremos a este ponto nos outros capítulos, tentaremos aprofundá-lo nas páginas a seguir.

Wallerstein nos chama a atenção para esse tema, usando o termo “desmercantilização”. Vale dizer que outros preferem o termo “desmercadorização” ou a expressão “produção de valores de uso”.

No livro *Para além do capital*, Mészáros (2002) resgata as lutas dos trabalhadores tendo em vista a construção de uma “economia comunal”. Ele parte das propostas de Charles Babbage para o aumento da vida útil das máquinas, equipamentos e produtos, mostra seus limites e analisa o avanço do sistema produtor de mercadorias, essencialmente destrutivo e produtor de bens supérfluos e descartáveis (Antunes, 2005). Vejamos, então, como se dão as lutas antimercantilização da vida na história concreta dos povos latino-americanos. Adotamos como marco a crise de 1973, pois foi principalmente a partir daí que o capital adotou novas estratégias de retomada da acumulação. O período que vai de 1945 a 1973 é caracterizado como de relativo controle social do capital. Depois de duas guerras mundiais e uma grande depressão, as possibilidades de uma revolução social na Europa em função da Revolução Russa, além da pressão dos movimentos sociais, tivemos um relativo controle social do capital que freou parcialmente a sua sede incessante pela mercantilização plena da sociedade. Apesar de ser no limite “incontrolável”, nas palavras de Mészáros, nesse momento histórico a reprodução do capital se encontrou razoavelmente controlada. É nos anos de 1970 que aparecem os primeiros sintomas da crise de acumulação de capital. Como resposta a esta crise, o capital – em especial, o capital financeiro em sua conexão com o “modelo japonês” ou toyotismo – deu respostas que resultaram numa ofensiva rumo à intensificação da produção de mercadorias (novos produtos) ou em direção a “setores” e “campos” ainda não sujeitos à plena mercantilização.

Uma onda de privatizações, em especial com a eleição de governos neoliberais na Europa e EUA, elevou o ciclo da mercantilização a um novo patamar. Ao mesmo tempo, a utilização de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho elevou a um novo patamar a mercantilização dos produtos e da força de trabalho.

O sismógrafo do avanço da mercantilização da força de trabalho pode ser visto nos processos de terceirização e escravização. No campo das relações de trabalho, é a partir de 1973 que se intensificam as formas de contratação baseadas no escravismo ou na

superexploração do trabalho. Isso pode ser visto, por exemplo, no crescimento do número de trabalhadores sem carteira assinada, terceirizados trabalhando em jornadas extenuantes etc., bem como na realocização de corporações dentro de um mesmo país em busca de custos mais baixos ou até mesmo em outras nações. Nessa esteira, é preciso reconhecer que um certo cooperativismo que burla a legislação trabalhista tornou-se um “negócio da China” para as grandes corporações que viam na terceirização uma resposta para a diminuição dos seus custos. Em poucas palavras, este tipo de cooperativismo tornou-se também uma mercadoria rentável⁹.

O avanço do capital é hoje tão intenso que quase não sobra mais espaço para o convívio não mercantilizado. O Mercado Livre, um site da internet de compra e venda de produtos, nos mostra que inclusive o beijo pode ser comprado. Uma garota estadunidense colocou sua virgindade à venda; não no Mercado Livre. A Mastercard, cerca de dois anos atrás, lançou uma propaganda que indicava que suas maquininhas de cobrança poderiam estar ao alcance de pequenos produtores de laranja. Na mensagem, alguns jovens que tentavam fazer um pequeno “roubo” de algumas laranjas não escaparam da cobrança, via “maquininha”, pelo produtor.

É nesse cenário de avanço destrutivo do capital (Mészáros, 2002) que surgem diversos conflitos na América Latina em torno da água, das sementes, energia elétrica, do petróleo, da água e do gás, entre outros. Bens públicos como a educação e a saúde também sofreram processos de “privatização indireta”, através da estagnação do setor público e do crescimento das vagas em faculdades particulares, bem como dos planos de saúde privados. Para Lombardi (2006), a educação acompanhou o processo de mercantilização mundial e sofreu um forte recuo. Mais precisamente: “a mercantilização favoreceu um recuo nas conquistas sociais e, com isso, foi sendo deixado de lado a concepção que a coloca como um direito; gradativamente, seu lugar foi ocupado por uma mercadorização dos serviços sociais. De direito do cidadão, as políticas sociais passaram a ser tomadas como serviços ao cidadão. O entendimento é que cada qual deve pagar o justo valor pelo tipo e qualidade de educação que quer receber” (Lombardi, 2006, s/nº).

Poderíamos desenvolver o argumento de Lombardi para outros campos da educação, no entanto, poderemos apenas traçar mais algumas tendências gerais: indústrias culturais com seus *best-sellers* que só permitem aos leitores reações emotivas diante de histórias vazias de sentido humano e pouco interessadas. Quando publicam algum livro clássico, os leitores

⁹ Lia Tiriba e Jacob Lima, dentre outros, vêm separando o joio do trigo, isto é, o cooperativismo inserido nas lutas históricas dos trabalhadores e as cooperativas surgidas de terceirização. Eles mostram as diferenças entre os propósitos dos cooperativismos, os atores que impulsionam, os interesses etc.

são condicionados a lê-los como algo meramente exótico, sem conectar as grandes obras da humanidade com os desafios teórico-práticos da desalienação da humanidade. Na contracorrente da mercantilização da educação, algumas editoras tentam retomar o conhecido projeto da Editora da Universidade de Buenos Aires, conduzida por Boris Spivacow, que colocou nas mãos do povo livros baratos e não alienantes. No Brasil dos anos 1990, a Editora Expressão Popular parece resgatar esta proposta, desmercantilizando – em germe – os livros que produz.

Na Argentina que tentou renascer da ditadura militar e da avalanche neoliberal, o povo e a classe média disseram em 2001, “Basta! Que se vayan todos”. Nos casos da Bolívia e Venezuela, o povo não aguentava mais a expropriação dos seus recursos naturais e o aumento do preço dos bens essenciais. No México, os trabalhadores representam suas lutas pela palavra de ordem “sin maíz no hay país”. Ela surgiu no contexto da criação do Nafta e expressa a necessidade de soberania nacional na questão do milho.

No caso das sementes, aparece uma mensagem de luta pela socialização da semente crioula como patrimônio histórico *versus* a crescente proliferação das sementes geneticamente modificadas que geram dependência, destroem o meio ambiente e estrangulam a vida dos pequenos produtores. Aparece nas lutas anticapital travadas pela Via Campesina contra as grandes corporações multinacionais.

É a luta entre a semente enquanto mercadoria, voltada para a acumulação de capital e dominação dos pequenos produtores *versus* a autogestão, a produção de alimentos saudáveis, a preservação do conhecimento tradicional de povos milenares que sobreviveram compartilhando suas sementes, isso para não falar da utilização adequada dos recursos naturais.

Nos anos de 2000, as rebeliões contra a privatização de bens públicos envolveram inicialmente as comunidades camponesas nas cidades de Cochabamba e Achacachi, na Bolívia do ano de 2000, e em Arequipa-Peru, no ano de 2002, para citar apenas dois casos. A insurreição indígena nucleada pela contestação dos acordos de exploração do gás resultou na renúncia do presidente da Bolívia em 2003 e na eleição de Evo Morales em 2005.

Trata-se da luta dos Movimentos Sociais na América Latina contra o acelerado processo de “destruição” do ser humano e da natureza, dos bens públicos e da nação. Ela pode ser vista também nas lutas de Chiapas, Guerrero e Oaxaca (México) contra a destruição do milho pelos produtos transgênicos, e nas ameaças de mercantilização das reservas aquíferas da

região, como também pode ser vista nas lutas pelos babaçuais livres, contra a instalação de usinas hidrelétricas, mineradoras etc. na Amazônia¹⁰.

No México, em função do plantio do milho transgênico Bt, impulsionado pelas corporações multinacionais, houve contaminação de variedades crioulas e nativas, acabando com um trabalho de 12 mil anos de melhoramento natural de sementes de milho feito pelos índios mexicanos e camponeses, agricultores daquele país.

Trata-se da mercantilização dos recursos biológicos de países periféricos, no caso brasileiro principalmente da Amazônia, biopirataria em terras indígenas, entre outros locais, apropriação de recursos que seriam uso-fruto exclusivo dos indígenas etc. (Garcia dos Santos, 2005; Shiva, 2001; Raw, 2000; Sevá Filho, 2007).

No Brasil, a “destruição” dos viveiros da Aracruz (eucalipto) e as lutas entre a Via Campesina e a Syngenta Seeds (multinacional suíça), entre outras, podem ser interpretadas como táticas de enfrentamento nessa nova fase de mercantilização do capitalismo, principalmente em função da destruição das sementes crioulas, o papel da C&T desempenhada no sistema capitalista e a invasão das multinacionais. No caso da Syngenta no Paraná, um dos motivos foi o desenvolvimento de experimentos ilegais de soja e milho transgênicos, na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, prática proibida pela Lei de Biossegurança da época¹¹.

Por exemplo, a indústria de árvores geneticamente modificadas também entrou nessa onda do lucro máximo em menor tempo possível (Lang, 2006). De acordo com Carrere e Lovera (2006), desde uma perspectiva industrial orientada ao lucro, as florestas têm sido percebidas como “desordenadas” e “pouco produtivas”. Há muitos anos, os cientistas florestais e silvicultores vêm tentando “melhorá-las”. A resposta a isso foi estabelecer plantações de uma única espécie, em fileiras retas e equidistantes, para se obter o maior volume possível de madeira por hectare. Desse jeito, as florestas estão sendo progressivamente substituídas por monoculturas produtoras de madeira, e esse pode ser um dos motivos de ataque por parte dos movimentos sociais. Voltaremos a esse tema no capítulo 4.

Resistindo a este processo, os trabalhadores do Acre, girando em torno da figura de Chico Mendes, adotaram como estratégia de luta pela terra e pela vida os “empates” – técnica que impede a destruição das árvores no momento do seu corte. No Nordeste, as Quebradeiras

¹⁰ Sobre isso, ver Almeida (2006), Sevá Filho (2008), Zibechi (2009) e Shiva (2001). Para um panorama mais amplo, ver Arrighi (2008), Bernardo (2004) e Harvey (2004).

¹¹ Cabe sublinhar que a luta entre a Via Campesina e a Syngenta que resultou no assassinato de Keno e na posterior criação do Centro de Agroecologia no Paraná com seu nome. Sobre o tema mais amplo dos transgênicos, ver Shiva (2001), Andrioli e Fuchs (2007) e Christoffoli (2009), Mazzala Neto (2009), Novaes (2010), dentre outros.

de Coco lutaram e lutam incansavelmente pela lei do Babaçu Livre, diante do cercamento do fecho nas fazendas da região.

Na década de 1970, surgiu o Movimento das Mulheres de Chipko (Índia), organização à qual está ligada a renomada pesquisadora-militante Vandana Shiva. Elas adotaram a tática de se amarrar às árvores para impedir sua derrubada e o despejo de lixo atômico na região.

Nos anos de 1980, surgiu o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no rio Uruguai (SC), que posteriormente virou MAB Nacional. Trata-se de uma “resposta” das populações atingidas por grandes barragens aos deslocamentos compulsórios, às indenizações irrisórias, à degradação da qualidade de vida, à destruição de suas comunidades e identidades culturais, à degradação do meio ambiente e da base material de suas atividades produtivas, entre outros fatores. “Águas para a vida, não para a morte”, foi o lema que surgiu no MAB e se tornou internacional.

Cabe lembrar que um dos motivos do surgimento das Ligas Camponesas foi a apropriação pelos grandes usineiros das terras de subsistência dos trabalhadores do Nordeste.

Durante as ditaduras civis-militares na América Latina, principalmente no final do século 20, assistimos ao retorno da acumulação primitiva, ao patenteamento de recursos indígenas, ao confisco de terras, à grilagem, à lei do mais forte¹² que se somam aos processos de mercantilização descritos anteriormente.

Vandana Shiva (2005) denomina esta nova fase de mercantilização pelos nomes de “novo colonialismo”, “biopirataria” e “biocolonialismo”. Para ela, “enquanto a biodiversidade e os sistemas de conhecimento indígenas satisfazem as necessidades de milhões de pessoas, novos sistemas de patentes e direitos de propriedade intelectual” ameaçam apropriar-se dos “recursos e processos de conhecimento vitais do Terceiro Mundo e convertê-los em monopólio vantajoso para as empresas do Norte. As patentes estão, por isso, no centro do novo colonialismo” (Shiva, 2005, p. 320).

Nas grandes corporações, o aumento da produtividade da força de trabalho e os processos de obsolescência planejada elevaram-se em níveis estarrecedores.

A inovação, como forma de acumulação de capital e dominação dos consumidores, atinge um novo patamar, que se não é irracional beira à irracionalidade. Por exemplo, na indústria de alimentos infantis, um funcionário de uma grande corporação relata que “as pessoas

¹² Conforme relata Bernardo (2004), para um fato histórico do início do século 20: “Um caso extremo ocorreu em 1904 no Sudoeste Africano, quando o exército alemão empregou uma tal brutalidade para suprimir a revolta dos hereros que deixou chacinado entre 75% e 80% deste povo e encerrou entre 23% e 18% em campos de prisioneiros. Toda terra foi então confiscada e o mesmo aconteceu a totalidade do gado, pelo que nada mais restava aos sobreviventes do que solicitar emprego ao serviço dos colonos alemães”.

estão ficando malucas. Estão tentando inventar manteiga de amendoim com estruturas que estalam como pipoca e inventam que isso lhes dá energia, além de fazer você se dedicar-se mais à escola” (Schor, 2009, p. 128).

O aumento da produtividade nas agroindústrias, que deram origem a doenças, como a vaca louca, a gripe aviária e recentemente a gripe suína, se inserem no processo de intensificação de mercadorias que estamos vivenciando. O capital financeiro não pode esperar e a mercadoria carne não pode esperar, devendo ser produzida em menor tempo possível.

Daniel Bensaid, em seu livro *Os irredutíveis* retrata a privatização de serviços e da seguridade social, entre outros, e afirma que “a privatização generalizada do planeta estende-se às informações, ao direito (prevalecendo o contrato privado sobre a lei geral), à solidariedade (seguro privado e fundos de pensão em oposição aos seguros mútuos e à seguridade social), à violência (na França, há mais seguranças e milícias privadas do que policiais “públicos”) e até mesmo aos presídios” (Bensaid, 2008, p. 65).

Ela vai ainda mais longe. Como a terra já era propriedade privada, agora trata-se de cercanias da cidade, com seus bairros protegidos e seus condomínios fechados em conglomerados urbanos que privilegiam a segurança pública para os abastados; a água, com a canalização lucrativa; o ar, com o projeto de um mercado mundial de direito de poluir; o frenesi de patenteamento, com a perspectiva plausível, a partir de agora, de um mercado de embriões e de clones ou de exploração privada do genoma humano. Esse “estreitamento do espaço público reduzido a uma pele de onagro é cheio de perigos para a democracia, formal ou não” (Bensaid, 2008, p. 65). E continua:

A intimidade também torna-se uma mercadoria negociável. A privatização do mundo tem como contrapartida uma “publicização” crescente da vida privada. Não só dos homens ditos “públicos”, que exibem sua imagem privada por necessidade de promoção midiática, mas, também, de cidadãos anônimos caçados em seu espaço privado pelo *telemarketing*, pelo circuito integrado de câmeras, pelo controle dos fluxos de comunicação ou pelos sistemas de observação militar. O *voyeurismo* midiático e o exibicionismo fazem par: a intimidade torna-se uma mercadoria negociável e o pudor torna-se uma cafonice vitoriana (Bensaid, 2008, p. 68).

Certa vez Lukács afirmou que no século 19 os trabalhadores eram explorados como produtores e a partir do século 20 como produtores e consumidores. Do ponto de vista da exploração dos trabalhadores enquanto consumidores, resultado do avanço das técnicas de mercantilização da vida no século 20 – uma das cenas mais bonitas que o cinema italiano já produziu é a do filme “A classe operária vai ao paraíso”, do diretor Enio Petri. Quase no final do filme, o trabalhador Lulu chega em sua casa e transpira um ar reflexivo, pensativo. Na cena, ele não diz absolutamente nada, enquanto a câmera gira num dos cômodos da casa e mostra uma imensa quantidade de bens e quinquilharias totalmente supérfluos,

muitos deles produzidos por corporações estadunidenses da “sociedade de consumo” que chegaram nas mãos dos trabalhadores italianos nos anos 1960. A cena leva o espectador a entrar no cérebro de Lulu e pensar algo assim: “Por que produzi tanto? Para que aumentei o ritmo do meu trabalho? Para comprar essas coisas sem nenhum sentido social, totalmente supérfluas? Para que trabalhei tanto?” É também neste filme que presenciamos o diálogo entre Lulu e Militina, um trabalhador que enlouqueceu e foi internado. Numa destas conversas, Militina questiona a utilidade das peças que produziam. Para nós, esta é uma das faces da alienação do trabalho: a produção sem nenhum sentido social, sem nenhum controle humano racional e consciente, voltada única e exclusivamente para a manipulação dos “consumidores” com vistas à irracional reprodução ampliada do capital. Depois desta breve síntese sobre o avanço da mercantilização nos últimos 30 anos, vejamos agora as possibilidades de desmercantilização do produto do trabalho e do trabalhador nas Cooperativas e Associações Populares.

A desmercantilização da força de trabalho: limites e possibilidades das cooperativas e associações de trabalhadores

O cooperativismo e o associativismo podem cumprir o papel de desmercantilização da principal mercadoria no capitalismo: a força de trabalho. Um dos casos ilustrativos parece ser o de uma associação de seringueiros do município de Xapuri – muito famoso por ter sido o palco de muitos “embates” promovidos por Chico Mendes e seus seguidores. A partir deste exemplo, poderemos fazer algumas pontes com as seções anteriores deste capítulo.

Apesar do aumento da renda dos associados nos últimos anos, apesar de terem adotado uma outra noção de tempo, centrada no reflorestamento ou no respeito ao ciclo de vida da floresta, esses trabalhadores – teoricamente “não produtores de mais-valia” por serem “donos do próprio trabalho” – estão plenamente conectados a uma imensa rede de empresas moveleiras que vai desde Xapuri a São Paulo e Nova York, onde em geral ocupam as fases iniciais da cadeia de distribuição do excedente econômico. Acreditamos que embora questionem a alienação do trabalho e deem alguns passos rumo à sua superação, apesar de conectarem a luta pela utilização adequada dos recursos naturais, eles perdem o controle do produto do trabalho assim que são “conectados” ao circuito de produção e circulação do capital. Ademais, estão sujeitos à concorrência literalmente selvagem de outras empresas que estão sempre tentando produzir a um custo mais barato.

É verdade que, se comparado aos métodos de acumulação primitiva vigentes na Amazônia, tendo em vista a máxima acumulação de capital em menor tempo possível, as Associações de Seringueiros já representam um primeiro passo na luta pela desmercantilização. No entanto, na ausência de outras lutas que superem a alienação do trabalho em sua totalidade, os móveis continuarão tornando-se uma mercadoria consumida pela elite dos países do Norte e a elite brasileira, fora do controle dos trabalhadores. É como se os trabalhadores perdessem o controle da sua produção imediatamente após a saída do caminhão que despacha os produtos. Lembremos que para Marx:

(...) o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar o sentido humano correspondente à riqueza humana inteira do ser humano e natural (Marx, 2004, p.110).

Parafraseando Marx, nessas Cooperativas isoladas, apesar de se esboçar a superação do trabalho alienado, o móvel ainda é uma mercadoria e os comerciantes de móveis veem apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do móvel; este não tem sentido algum para essas Cooperativas.

As Cooperativas e Associações de Trabalhadores, na luta pela sobrevivência – na maioria dos casos – e dentro de uma estratégia de conquistar “novos mercados” – para a minoria – não conseguem superar a alienação do trabalho em sua totalidade. Em germe, podemos observar nos casos mais avançados a desalienação parcial do trabalho. No entanto, estas experiências não conseguem superar na prática todas as faces da alienação do trabalho: a perda do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana. Em outras palavras, o fruto do trabalho de associações isoladas aparece como uma coisa estranha e independente dos produtores, ainda que eles tentem dominá-lo. O processo de trabalho na sua totalidade abrangente (“cadeia de produção”), continua nas mãos do capital, ainda que os trabalhadores dominem uma parcela muito pequena de algumas etapas do processo de trabalho. O trabalhador associado não é dono de si e não consegue alcançar a sua genericidade, enquanto espécie humana, ainda que consiga em alguma medida – *in statu nascendi* – se humanizar no trabalho e contribuir em alguma medida para a emancipação do ser humano.

Nesse sentido, veremos em trabalhos posteriores que a superação da alienação do trabalho em sua totalidade dificilmente virá através de um simples movimento econômico, como uma espécie de vírus que vai crescendo no interior do sociometabolismo do capital sem a mínima resistência do capital. Aqui, o papel da política é decisivo, no sentido de luta, num longo processo histórico de convencimento e construção na prática de uma sociedade

controlada pelos seres humanos, auto-governada, que não seja comandada por uma força estranha: o capital.

Considerações finais

Como estamos num momento defensivo, caracterizado por inúmeras derrotas para os trabalhadores, seria melhor caracterizar a fase atual como a de um cooperativismo de subsistência, de resistência, já que até o momento há poucos sinais de um cooperativismo e associativismo capazes de superar o trabalho alienado, sem sentido social, desprovido de conteúdo.

Isso tem a ver com o contexto histórico, caracterizado pelo avanço da barbárie social e, no que se refere à esquerda, a ausência de um projeto radical para além do capital. Para nós, o cooperativismo e o associativismo vêm cumprindo um papel modesto, ao permitir que parcelas dos trabalhadores, principalmente os mais precarizados ou desempregados, tenham direito à sobrevivência num contexto desemprego e subemprego crônico. No entanto, num contexto ofensivo, o cooperativismo e o associativismo poderão cumprir um papel na superação do trabalho alienado, através da expropriação dos expropriadores, reunificando o caracol à sua concha, através da coordenação global da produção pelos produtores associados tendo em vista a produzindo valores de uso e o “desenvolvimento da rica individualidade” do ser humano. Essa parece ser a contribuição de István Mészáros. Em linhas gerais, como vimos, o processo de construção de uma sociedade para além do capital deve abarcar todos os aspectos da inter-relação entre Capital, Trabalho e Estado. Para concluir, Mészáros utiliza uma fascinante passagem de Goethe:

Como no caso do pai de Goethe (mesmo que por razões muito diferentes), não é possível colocar abaixo o prédio existente e erigir outro com fundações completamente diferentes em seu lugar. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, “retirando um andar após o outro com fundações completamente diferentes em seu lugar”. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, “retirando um andar após o outro de baixo para cima, inserindo a nova estrutura, de tal modo que ao final nada deve ser deixado da velha casa”. Na verdade, a tarefa é ainda mais difícil do que esta. Pois a estrutura de madeira em deterioração do prédio também deve ser substituída no curso de retirada da humanidade da perigosa moldura estrutural do sistema do capital (Mészáros, 2002, p. 599 – parênteses no original)

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

BEHRING, E. & BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2006.

- BERNARDO, J. **Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.
- BERNARDO, J. “**A autonomia das lutas operárias**”. In: BRUNO, L. e SACCARDO, C. (coordenadoras). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.
- BRUNO, L. **O que é autonomia operária?** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRESSER PEREIRA, L.C. **1980/81: “A revolução autogestionária na Polônia”**. In: VENOSA, R. (org) *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.
- CRUZ, A. **A diferença da igualdade**. A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 2006.
- DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. “**As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros**”. *Revista Organizações & Democracia*, Unesp, Marília, v. 7, 2007.
- DAL RI, N.M.; VIEITEZ, C. G. **Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão**. São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.
- FARIA, M. Sardá de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005.
- GARCIA DOS SANTOS, L. **Quando o conhecimento científico se torna predação high tech: recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil**. In: SOUSA SANTOS, B. (org.). *Semear outras soluções – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 125-166.
- GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: uma visão radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HABERMAS, J. “**Autonomy and Solidarity**”. Entrevistas; edição e introdução de Peter Dews. London: Verso, 1986.
- HIRATA, H. Transferência de tecnologia de gestão: o caso dos sistemas participativos. In: SOARES, R.M. **Automação e Competitividade**. Brasília: IPEA, 1990, p. 135-148.
- HOLYOAKE, G. **Os vinte oito tecelões de Rochdale**. Rio de Janeiro: GB, 1933.
- KATZ, C. **El porvenir del socialismo**. Buenos Aires: Herramienta: 2004.
- LEBOWITZ, M. **Constructing Co-Management in Venezuela: Contradictions along the Path**. www.mrzine.monthlyreview.org/lebowitz241005.html Obtido em ago 2006.

- LOMBARDI, J.C. **O velho discurso que rege a História educação brasileira.** (Entrevista) Jornal da Unicamp, ed. 334, 21 a 27 ago. 2006.
- LUKÁCS, G. **The process of democratization.** Albany: State University of New York, 1991.
- LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo, Ed. Expressão Popular, 1999.
- MAGDOFF, H. **Criando uma Sociedade Justa: Lições da planificação na URSS & nos EUA.** 2002. (Entrevistado por Huck Gutman). Obtida em <http://resistir.info>. A entrevista em inglês pode ser obtida em: <http://www.monthlyreview.org/1002gutman.htm>
- MANDEL, E. **O lugar do marxismo na história.** São Paulo: Xamã, 2001. MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Vol II.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, I. **Marx: A Teoria da Alienação.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social.** São Paulo: Ensaio, 1987.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Controle Social.** São Paulo: Ensaio, 1993.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** Campinas: Editora da Unicamp/Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MÉSZÁROS. **A Educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista.** Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- NASCIMENTO, C. **Autogestão e o “novo” cooperativismo.** Brasília, texto para discussão, 2004.
- NOVAES, H. T. **O fetiche da tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas.** São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2007.
- NOVAES, H. T. **Qual autogestão?** São Paulo, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 22, maio de 2008.
- PANZIERI, R. Mais-valia e Planejamento. In: TRONTI, M. et al. (Org.) **Processo de trabalho e estratégias de classe.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.
- PANZIERI, R. The capitalist use of machinery: Marx versus the ‘Objectivists’. In: SLATER, P. (org) **Outlines of a critique of technology.** Londres: Ink Links, 1980.
- SAENZ, T. W. **O ministro Che Guevara. Testemunho de um colaborador.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHOR, J. B. **Nascidos para comprar – uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo.** São Paulo: Gente, 2009.

SEVA FILHO, A. O. **Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera, e hidrelétrica nas Amazôniaas.** I Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, UFMG, Belo Horizonte, em 03/04/2008. arquivo disponível em www.fem.unicamp.br/~seva

SHIVA, V. **The violence of the green revolution: third world agriculture, ecology and politics.** Londres e Nova York, Zed Books, 1991.

SHIVA, V. **Biopirataria: a Pilhagem da Natureza e do Conhecimento.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SINGER, P. I. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

STORCH, S. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R.M (Org.) **Processo e Relações de Trabalho no Brasil.** São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

TIRIBA, L. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia(s) da Produção Associada.** Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo.** São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia.** São Paulo: Editora da Unesp, 2005. 3ª ed.

VIEITEZ, C. e DAL RI, N. M. **Trabalho associado.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WALLERSTEIN, I. **Uma política de esquerda para o século XXI ? ou teoria e práxis novamente.** In: LOUREIRO, I.; LEITE, J.C.;CEVASCO, M. (orgs.) O espírito de Porto Alegre. São Paulo: Paz e Terra, 2002.